

dívida por oito anos

Brasil quer prorrogar

10 • QUARTA-FEIRA, 17/8/83

O Governo já está renegociando com o «advisory comitee» (comitê de assessoramento), composto de 14 grandes bancos internacionais credores do Brasil, a fase dois de seu programa externo: «Trata-se, em princípio de prorrogar a dívida vencida em 1983 e 1984, por um prazo de 8 anos para amortização e uma carência de 2 anos e meio a três». Já se admite, portanto, que nem os débitos do próximo ano serão pagos.

A informação é do ministro da Fazenda, Ernane Galvão, ao responder ontem, por escrito, perguntas enviadas pelos jornalistas. Ele admitiu que estas renegociações foram «retardadas em função da revisão do programa brasileiro apresentado ao Fundo Monetário Internacional (FMI)». «Para Galvão, além da prorrogação dos débitos vencidos, será negociado também «recurso para garantir a cobertura do déficit no balanço de pagamentos», sem especificar em relação a qual dos dois períodos.

Em suas respostas por escrito, o ministro, ao comentar declarações do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), Luis Eulálio Bueno Vidigal de que, em conversas com banqueiros americanos, teria sido informado do início da renegociação, foi ambíguo. Disse que realmente a renegociação já está em andamento, mas que isto não seria novidade.

Comparou ainda a renegociação «às mesmas características das operações realizadas anteriormente, e inclusive das operações que foram também realizadas com outros países, como o México, por exemplo». (O México estatizou bancos, suspendeu pagamentos do principal e dos juros). Mais tarde, ainda respondendo através de seu porta-voz a perguntas dos jornalistas especificamente sobre a semelhança por ele citada com a situação do México, o ministro disse: «A semelhança com o México é em relação a custos».

O ministro assegurou que durante o prazo de amortização de 8 anos e de 2 a 3 anos de carência (que está sendo negociado) «o País continuará pagando juros normalmente e não haverá nada de estatização de bancos ou suspensão de pagamentos».

Galvão confirmou sua ida a Caracas para participar da reunião de ministros da Fazenda americanos — o chamado cartel dos devedores — marcada para o dia 3 de setembro. Ele frisou que comparecerá atendendo a convite do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA — Organização dos Estados Americanos — mas negou a intenção brasileira de participar de algum tipo de «clube de devedores».

«O Governo brasileiro, disse ele, já declarou várias vezes que não participa dessa idéia e, embora comungue com os demais países latino-americanos das suas preocupações quanto ao equacionamento da dívida externa, não cabe aí um clube de devedores».

Quanto às dificuldades que importadores vêm sentindo desde a centralização do câmbio no Banco Central, o ministro disse que elas «decorrem do fato de que a lista de prioridades e os critérios de prioridades ainda não terem sido fixados». A questão, no seu entender, estará solucionada tão logo estes critérios sejam especificados.

Galvão considerou «uma provocação válida» o artigo do jornal americano *Washington Post* que sugere ao FMI e bancos comerciais a cobrança de juros mais baixos para os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Mas alertou: «É preciso saber se a tese é viável, se está em compasso com a realidade atual. Não adianta ficarmos debatendo um tema que não venha a ter repercussão».

«País doente»

«Não tem outra saída senão o FMI. O País está doente e o remédio adequado é este». Foi assim que o ministro Delfim Netto reagiu ontem à consulta que lhe fez o vice-líder do PDS no Senado, Carlos Alberto, sobre a validade de criação de uma comissão interpartidária no Congresso para renegociar a dívida brasileira via Congresso americano, como revelou o parlamentar.